

... continuação

Hidroviás do Brasil S.A.

Table with columns for 2021 and 2022 financial statements, including Saldo Inicial, Aumento/redução de capital, Ajuste de avaliação patrimonial, Ajuste de avaliação patrimonial-Resultado de conversão de moeda, Adequação de participação societária, Dividendos, Amortização, Resultado de equivalência patrimonial, and Saldo Final.

Table with columns for 2020 and 2021 financial statements, including Saldo Inicial, Aporte de capital investida, Aquisição de investimentos, Compra vantajosa, Ajuste de avaliação patrimonial, Ajuste de avaliação patrimonial-Resultado de conversão de moeda, Dividendos, Amortização, Resultado de equivalência patrimonial, and Saldo Final.

Table with columns for 2020 and 2021 consolidated financial statements, including Saldo Inicial, Dividendos pagos, Aquisição de investimento, Compra vantajosa, Aumento de capital, Resultado de conversão de moeda, Resultado de equivalência patrimonial, Amortização, and Saldo Final.

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como Currency Translation Adjustments (CTA), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).

Table with columns for 2022 financial statements, including Quantidade de ações, Total de ativos, Total de passivos, Patrimônio líquido, Lucro (Prejuízo) das empresas do período, and Receitas líquidas.

Table with columns for 2021 financial statements, including Quantidade de ações, Total de ativos, Total de passivos, Patrimônio líquido, Lucro (Prejuízo) das empresas do período, and Receitas líquidas.

Table with columns for 2022 financial statements, including Quantidade de ações, Total de ativos, Total de passivos, Patrimônio líquido, Lucro (Prejuízo) das empresas do período, and Receitas líquidas.

Table with columns for 2022 financial statements, including Saldo Inicial, Aumento/redução de capital, Ajuste de avaliação patrimonial, Ajuste de avaliação patrimonial-Resultado de conversão de moeda, Adequação de participação societária, Dividendos, Amortização, Resultado de equivalência patrimonial, and Saldo Final.

de R\$ 472.363, valor este utilizado para alocação do preço pago na aquisição do negócio. ii) Contraprestação contingente adicional ("Custo de Aquisição de Negócios") de até USD 5.000 mil (valor justo em 31 de dezembro de 2021 era de USD 2.225 mil), a ser pago em quatro pagamentos individuais para cada ano-calendário de 2021, 2022, 2023 e 2024.

De acordo com o item 32 do CPC 15, um ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 53.946 referente à combinação de negócios detalhada acima foi reconhecido na data da aquisição sendo mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos e passivos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle.

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como Currency Translation Adjustments (CTA), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como Currency Translation Adjustments (CTA), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como Currency Translation Adjustments (CTA), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como Currency Translation Adjustments (CTA), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como Currency Translation Adjustments (CTA), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).



... continuação

Hidroviás do Brasil S.A.

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2023.

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Wagner Petelin
Contador
CRC 1SP 142.133/O-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		
Thiago Augusto Cordeiro – Diretor	Goodstorage Holding Participações S.A.	José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4
Thomas Daniel Conway – Diretor		
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Goodstorage Holding Participações S.A. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Goodstorage Holding Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 18/03/2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstra-</p>	<p>ções financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de</p>	<p>distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28/02/2023.</p> <p>Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. CRC SP-034.519/O Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC-SP 209.240/O</p>

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A.
Table with columns for 2022 and 2021. Includes sections for Prejuízo atribuível, Receita operacional líquida, Despesas Gerais e Administrativas, Instrumentos financeiros, Gestão de riscos, and Contingência.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

ao valor recuperável. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são...

Table with columns 2022, 2021. Rows include REC SS Comercio de Materiais Ltda, REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A, etc.

(i) Refere-se a valores devidos por rateio de gastos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo processo está devidamente formalizado...

Table with columns Quantidade de ações ON, Quantidade de ações PN, Total de ações. Rows include Evergreen Fundo de Investimento em Participações, Thiago Augusto Cordeiro.

Em 13 de maio de 2021 por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social nos termos dos artigos 12 e 173 da Lei 6.404/76...

Table with columns 2022, 2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Base para constituição de reserva legal, etc.

Em 12 de maio de 2021 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 1º trimestre de 2021, no montante de R\$227. Em 11 de agosto de 2021 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 2º trimestre de 2021, no montante de R\$121...

REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.

aumento de capital em 31 de dezembro de 2022 e 2021. e) Ações Preferenciais: Ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais...

Table with columns 2022, 2021. Rows include Lucro líquido atribuível aos acionistas, Número de ações ordinárias, Lucro líquido por ação (em reais - R\$), etc.

12. Imposto de renda e contribuição social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia está inserida no regime tributário do lucro real, conforme segue:

Table with columns 2022, 2021. Rows include Lucro Real, Diferença temporária gerada no Reconhecimento do PPI, Aliquota nominal ponderada agregada - % Impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Imposto de renda e contribuição social - correntes, Imposto de renda e contribuição social - diferido, Taxa efetiva, etc.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. Aos Administradores e Acionistas. REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A. São Paulo-SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data...

Table with columns Saldo em 31/12/2022, Reconhe-cido no resultado, Passivo fiscal diferido. Rows include Propriedade para investimento, Imposto passivo diferido, etc.

Table with columns Saldo em 31/12/2021, Reconhe-cido no resultado, Passivo fiscal diferido. Rows include Propriedade para investimento, Imposto passivo diferido, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Caixa e equivalentes (nota 3), Contas a receber (nota 4), Créditos diversos, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Índice de Exposição, Rendimento Anual, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Índice de Exposição, Rendimento Anual, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4), etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Fornecedores, etc.

e) Risco operacional: Em virtude das receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de seus empreendimentos, a Companhia monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos...

ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas...

Table with columns 2022, 2021. Rows include Ativos financeiros, Ativos financeiros, etc.

Table with columns 2022, 2021. Rows include Ativos financeiros, Ativos financeiros, etc.

Ativo financeiro em 2022. Aplicação em 99% CDI. Índice de Exposição. Rendimento Anual. Caixa e equivalentes de caixa (nota 3). Contas a receber (nota 4). Créditos diversos. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Índice de Exposição. Rendimento Anual. Caixa e equivalentes de caixa (nota 3). Contas a receber (nota 4). Créditos diversos. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Índice de Exposição. Rendimento Anual.

Thiago Augusto Cordeiro - Diretor

Thomas Daniel Conway - Diretor

José Antonio Bom Silva - Contador CRC 1SP 264.151/0-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



REC SS Clínicas Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 28.877.837/0001-32

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

São Paulo, 22 de março de 2023. A Administração

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Companhia foi constituída em 19 de outubro de 2017, na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Teodoro Sampaio nº 309, Pinheiros, na cidade de São Paulo-SP, Brasil, com a denominação de REC SS Clínicas Empreendimentos S.A. A Companhia tem como objeto social: (a) realizar investimentos diretamente ou por meio de participações societárias, em ativos imobiliários destinados à locação temporária de espaços individuais e privativos sob a modalidade de self-storage; (b) adquirir, deter, explorar, administrar, desenvolver, fiscalizar, alugar, dispor e prestar serviços para tais investimentos; (c) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; (d) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (b) e/ou que tenham como objeto social a participação, como Companhia patrimonial, em quaisquer Companhias que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (a) e (c) acima. O plano de negócio da Companhia consiste na exploração de locações temporárias de espaços individuais do ramo de self-storage, em empreendimento imobiliário localizado na cidade de São Paulo.

2. Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A Diretoria autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. a) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são: Nota explicativa nº 5 - Propriedade para investimento; mensuração do valor de mercado para fins de teste de impairment; Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisões contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; i) Mensuração do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço. Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor. As aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa. 2.3. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio

do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado: Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. 2.5. Redução ao valor recuperável de ativos não-derivativos: A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. 2.6. Contas a receber: Valores de locações de espaços temporários a receber de clientes correspondentes aos contratos firmados junto à Companhia, apropriados conforme o regime de competência. Sua classificação é apresentada no circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano. A Companhia adota as taxas médias ponderadas abaixo para reconhecer perdas esperadas dos títulos vencidos:

Taxa média ponderada de perda estimada

Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Movimentação - R\$

5. Propriedade para investimentos

Edificação em andamento - Depreciação

3. Caixa e equivalentes de caixa

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Estado Empreendimentos S.A.
Propriedade para investimentos correspondem ao valor de terreno e edificação do prédio utilizado Self Storage Conforme facultado pelo CPC 28...
Lucro líquido do exercício 1.133 3.018
Base para constituição de reserva legal 1.133 3.018
Constituição de reserva legal (5%) (57) (151)
Base para constituição de dividendo mínimos obrigatórios 1.076 2.867
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 269 717
Dividendos adicionais 807 2.150
Dividendos a distribuir 1.076 2.867
Dividendos distribuídos antecipadamente ao longo do exercício corrente 368 858
Dividendos a distribuir 269 2.009
Em 12 de maio de 2021 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 1º trimestre de 2021, no montante de R\$ 303. Em 11 de agosto de 2021 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 2º trimestre de 2021, no montante de R\$ 282. Em 16 de novembro de 2021 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 3º trimestre de 2021, no montante de R\$ 46. Em 27 de outubro de 2022 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 1º trimestre de 2022, no montante de R\$ 46. Em 27 de outubro de 2022 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 2º trimestre de 2022, no montante de R\$ 195. Em 05 de dezembro de 2022 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 3º trimestre de 2022, no montante de R\$ 127. d) Adiantamento para futuro aumento de capital: Companhia não possuía saldo de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2022 e 2021. e) Ações preferenciais: Ações preferenciais classe A não terão direito a voto nas Assembleias Gerais e poderão conferir aos seus acionistas a prioridade na distribuição de dividendos anuais em relação às ações ordinárias. As métricas de cálculo dos dividendos, bem como seu funcionamento serão aprovados pelo Conselho de Administração até outubro do ano anterior à incidência dos dividendos, seguindo sempre os critérios do artigo 17 e seguintes da Lei das S.A. Para o ano de 2022 e 2021 não foi divulgado pelo Conselho de Administração nenhum critério diferenciado de cálculo, portanto a distribuição foi realizada proporcionalmente à participação de cada acionista, sem que houvesse a necessidade de distribuição prioritária em relação às ações ordinárias.
9. Resultado por ação - O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:
Lucro atribuível aos acionistas 2022 2021
Número de ações ordinárias 14.702.031 14.702.031
Lucro por ação (em reais - R\$) 0,07706 0,20528
10. Receita operacional líquida - Representada substancialmente pela receita de locações de espaços temporários. A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida segue abaixo:
Receita bruta locação 2022 2021
Tributos incidentes sobre locação e descontos 3.825 3.823
3.538 (288)
3.538 3.535
11. Custo de operação
Custos com ocupação 2022 2021
Custos com pessoal (95) (106)
Custos gerais (229) (126)
Custos com depreciação (253) (128)
IPTU (242) (220)
(819) (826)
12. Despesas gerais e administrativas
Serviços terceirizados 2022 2021
Propaganda e marketing (232) (211)
Emolumentos e publicações (162) (97)
Serviços de informática e telecomunicações (16) (17)
Materiais de manutenção (27) -
Outras despesas (129) (17)
(596) (366)
13. Imposto de renda e contribuição social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia está inscrita no regime tributário do lucro real, conforme segue:
Lucro real - demonstração do resultado
Diferença temporária - depreciação fiscal vs. contábil - PFI 821 821
Alíquota nominal ponderada agregada - % 34% 34%
Impostos diferidos sobre as diferenças temporárias (279) (279)
a) Conciliação da alíquota do imposto efetiva
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 1.682 2.091
Alíquota nominal % 34% 34%
Impostos - normais (572) (711)
Efeitos tributários sobre:
Reconciliação adicional de 10% sobre o imposto de renda 24 24
Compensação prejuízo fiscal do exercício para qual não foi constituído ativo fiscal diferido - 104
Diferença temporária de PCLD - 86
Constituição do imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias (4) 1.424
Imposto de renda e contribuição social correntes (156) (218)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (396) 1.145
Taxa efetiva 33% 44%

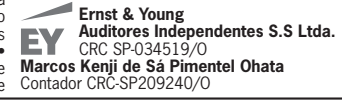
Thiago Augusto Cordeiro - Diretor
José Antonio Bom Silva - Contador CRC 1SP 264.151/0-4
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Administradores e Acionistas
REC SS Estado Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Estado Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023
Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP034519/0
Marcos Kanji de Sá Pimentel Ohata
Contador CRC-SP209240/0

... continuação		REC SS GS Bandeirantes Empreendimentos S.A.	
<p>a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia. b) Risco de taxa de juros: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros. c) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "Self Storage", desta forma, o risco</p>	<p>em questão atualmente não existe. d) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este risco. e) Risco operacional: Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.</p>	<p>divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.</p>	<p>que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2023 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.</p>
<p>11. Contingência – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou</p>	<p>12. Outras informações – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos</p>	<p>Thiago Augusto Cordeiro – Diretor Thomas Daniel Conway – Diretor</p>	<p>José Antonio Bom Silva Contador CRC 1SP 264.151/0-4</p>
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
<p>Aos Administradores e Acionistas REC SS GS Bandeirantes Empreendimentos S.A. São Paulo-SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS GS Bandeirantes Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com</p>	<p>as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de</p>	<p>burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.</p>	<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S Ltda. CRC-SP 034.519/0</p> <p>Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC-1SP 209.240/0-7</p>

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A.		
<p>... continuação</p> <p>datas. iii) Valor justo dos instrumentos financeiros: A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.</p> <p>10. Gestão de riscos: Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: a) Risco de mercado: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da companhia. b) Risco de taxa de juros: Em 31</p>	<p>de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros. c) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não conclui a aquisição do imóvel para futura operação de "Self Storage", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. d) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este</p>	<p>risco. e) Risco operacional: Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.</p> <p>11. Contingência: A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.</p> <p>12. Outras informações: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza</p>
<p>Thiago Augusto Cordeiro – Diretor</p>	<p>Thomas Daniel Conway – Diretor</p>	<p>José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4</p>
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Higienópolis Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações</p>		
<p>financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante</p>		
<p>de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.</p>		
<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S Ltda. CRC SP 034.519/0</p>		<p>Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC 1SP 209.240/0-7</p>

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A.	
<p>... continuação</p> <p>dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros. c) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não concluiu a aquisição do imóvel para futura operação de "Self Storage", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. d) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este risco. e) Risco operacional: Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.</p> <p>11. Contingência – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou</p>	<p>divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.</p> <p>12. Outras informações – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos</p> <p>que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2023 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Thiago Augusto Cordeiro – Diretor</p>	<p>Thomas Daniel Conway – Diretor</p>
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p>	
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Ibirapuera Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com</p>	<p>as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de</p> <p>burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.</p>
<p>Ernst & Young Audidores Independentes S.S Ltda. CRC SP 034.519/0</p>	<p>Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC 1SP 209.240/0-7</p>

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Lapa Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 23.199.556/0001-54

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Main financial report table containing: Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Resultado; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Resultado Abrangente; and Anexo 4 - Contas a receber.



REC SS Lapa Empreendimentos S.A. Table with columns for Depreciação, Valor total, Saldo líquido, and various financial metrics. Includes sections for Ativo, Passivo, Acionista, and Despesas gerais e administrativas.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. Os assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 07 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ernst & Young Auditores Independentes S.S.Ltda. CRC SP-034519/O. Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRCSP-209240/O

REC SS Marginal Direita Empreendimentos S.A.
... continuação
da elaboração das demonstrações contábeis e com qualificação profissional adequada para esta mensuração.
1. Receitas operacionais
2. Receitas financeiras
3. Adicional de imposto de renda
4. Instrumentos financeiros
5. Ativos financeiros mensurados ao custo
6. Despesas gerais e administrativas
7. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social
8. Resultado por ação
9. Receita operacional líquida
10. Custos de operação
11. Despesas gerais e administrativas
12. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

REC SS Moema Empreendimentos S.A.

10. Gestão de riscos – Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: a) **Risco de mercado:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. b) **Risco de taxa de juros:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. c) **Risco de crédito:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. d) **Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este risco. e) **Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.

11. Contingência – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

12. Outras informações – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2023 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REC SS Moema Empreendimentos S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Moema Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC-SP 034.519/0

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador
CRC-1SP 209.240/0-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

REC SS Morumbi Empreendimentos S.A.

Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento ao custo histórico menos a depreciação e possível provisão para perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os estudos da Companhia não apresenta necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo das propriedades para investimentos é de R\$45.302 (R\$53.538 em 2021). Mensuração do valor justo: i) Hierarquia do valor justo: O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por um avaliador imobiliário interno, independentes ao processo da elaboração das demonstrações contábeis e com qualificação profissional adequada para esta mensuração. A mensuração do valor justo da propriedade para investimentos foi classificada como nível 3. ii) Técnica de avaliação: Lucro de Desenvolvimento Ponderado pelo Risco (Risk-Weighted Development Profit Recognition Methodology; "PR") Essa metodologia é utilizada para determinar o valor de mercado estimado na situação de ativos operacionais pré estabelecidos. Esta metodologia calcula o lucro total (determinado com base nas estimativas de NOI (Net Operating Income) estabelecido, as taxas atuais de capitalização de mercado (Cap Rates) e os custos de aquisição/desenvolvimento projetados) e reconhece o lucro no período de desenvolvimento/estabilização conforme os riscos associados são eliminados (ou seja, combinando reconhecimento de lucro de desenvolvimento com mitigação de risco). O lucro total de desenvolvimento em cada projeto é determinado pelos pressupostos utilizados para chegar a um valor estável estimado e comparando esse valor resultante com o custo total do projeto. A determinação de quanto desse lucro total de desenvolvimento deve ser reconhecido em qualquer ponto durante o ciclo de vida de um projeto é uma função das ponderações de risco relativas e da linha de tempo global do projeto. A taxa de capitalização adotada na metodologia de 31 de dezembro de 2022 foi de 8% (8% em 2021), com base nas negociações estabelecidas no mercado considerandos de benchmarking: centros logísticos, shopping e afins.

6. Partes relacionadas

	2022	2021
Ativo		
REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.	1	1
REC Comércio de Materiais	5	5
	6	6
Passivo		
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)	73	126
REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.	21	21
REC SS Estado Empreendimentos S.A.	4	4
	98	151

(i) Refere-se a valores devido por rateio de custos com a Goodstorage Holding Participações S.A., cujo o processo está devidamente formalizado. A Companhia tem expectativa de liquidar os valores com partes relacionadas dentro do prazo de 180 dias. Os saldos não serão atualizados e não sofreram acréscimos no momento da liquidação. Remuneração dos Administradores: Durante os exercícios de 2022 e 2021, não houve remuneração aos diretores e administradores da Companhia.

7. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R\$25.375 (R\$25.375 em 2021), representado por 25.374.869 (25.374.869 ações em 2021) ações das seguintes espécies e classes: 25.374.849 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Acionista	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN	Total de ações
Evergreen Fundo de Investimento em Participações	25.247.985	-	25.247.985
Thiago Augusto Cordeiro	126.864	10	126.874
	25.374.849	10	25.374.859

Em 13 de maio de 2021 por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a redução do capital social nos termos dos artigos 173 da Lei 6.404/76, mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, mediante o cancelamento de 560.000 ações ordinárias, pelo valor nominal de um real cada no valor de R\$560 proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia, montante integralmente pago até 31 de dezembro de 2021. b) Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de Reserva Legal é de R\$300 (R\$219 em 2021). c) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo do lucro líquido do exercício (25%), previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, após a dedução da reserva legal, que deverá ser pago no prazo de 60 dias a contar da data de sua declaração, exceto se a Assembleia Geral de Acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia. Conforme estatuto social da Companhia, o lucro excedente após as deduções e destinações de Reserva Legal, serão destinados de acordo com a política de distribuição de dividendos, a qual prevê que o lucro excedente seja destinado em sua integralidade para os acionistas.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor

Thomas Daniel Conway – Diretor

José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REC SS Morumbi Empreendimentos S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Morumbi Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 07 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. Contador CRC-SP 034.519/0

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC-SP 209.240/0



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

REC SS Perdizes Empreendimentos S.A.	
<p>... continuação</p> <p>dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. c) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia ainda não concluiu a aquisição do imóvel para futura operação de "Self Storage", desta forma, o risco em questão atualmente não existe. d) Risco de liquidez: Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este risco. e) Risco operacional: Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.</p> <p>10. Contingência – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.</p> <p>11. Outras informações – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2023 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Thiago Augusto Cordeiro – Diretor</p> <p>Thomas Daniel Conway – Diretor</p> <p>José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4</p>
<p>Aos Administradores e Acionistas REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Perdizes Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de fevereiro 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com</p>	<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas inten-</p> <p>cionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.</p> <p>Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. CRC SP 034.519/0</p> <p>Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC 1SP 209.240/0-7</p>

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A.

10. Gestão de riscos – Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: a) **Risco de mercado**: Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. A administração entende estar minimamente exposta a este risco devido a fase pré-operacional da Companhia. b) **Risco de taxa de juros**: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros. c) **Risco de crédito**: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. d) **Risco de liquidez**: Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este risco. e) **Risco operacional**: Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.

11. Contingência – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

12. Outras informações – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2023 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios no período de 2022, e concluiu que não existem riscos substanciais que pudessem afetar o curso normal de suas operações durante o referido ano, uma vez que o setor de construção é setor essencial neste momento da economia, vide decreto nº 10.344, de 11 de maio de 2020 (atividades da construção civil), logo os prestadores continuam as atividades normalmente. É importante constar que a Administração da Companhia está constantemente visitando e acompanhando de perto os riscos para o negócio, assim como seus eventuais impactos.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Pipeline Empreendimentos XI S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 21 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditor Independente S.S Ltda.
 CRC-SP 034.519/0

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
 Contador
 CRC-1SP 209.240/0-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC SS Tiradentes Empreendimentos S.A. - Balance Sheet and Financial Statements for 2022 and 2021. Includes sections for Assets, Liabilities, and Equity, with detailed breakdowns and notes.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. This section contains the auditor's findings, observations, and conclusions regarding the company's financial statements for 2022 and 2021.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A.

forma, o risco em questão atualmente não existe. d) **Risco de liquidez:** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. A administração entende que devido a fase pré-operacional, não existe nenhuma exposição a este risco. e) **Risco operacional:** Em virtude da Companhia estar em fase pré-operacional não há muito risco inerente a operação, mesmo assim a Companhia monitora periodicamente suas condições de obra de modo a antecipar possíveis impactos.

11. Contingência – A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

12. Outras informações – Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2023 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, entretanto até o momento, a Companhia não possui efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Thiago Augusto Cordeiro – Diretor
Thomas Daniel Conway – Diretor
José Antonio Bom Silva – Contador CRC 1SP 264.151/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da REC SS Vila Mariana Empreendimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
 CRC-SP 034.519/0

Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
 Contador
 CRC-1SP 209.240/0-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.

revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo das propriedades para investimentos é de R\$44.036 (R\$41.060, em 2021).

6. Partes Relacionadas
Ativo
REC SS Aclimação Empreendimentos S.A.
Passivo
Goodstorage Holding e Participações S.A. (i)
REC SS Tatuae Empreendimentos S.A.

7. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R\$17.706 (R\$17.706 em 2021), representado por 17.706.400 (17.906.400 em 2021) ações das seguintes espécies e classes: 17.706.390 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, assim detidas:

Table with columns: Acionista, Quantidade de ações ON, Quantidade de ações PN, Total de ações. Rows include Evergreen Fundo de Investimento em Participações, Thiago Augusto Cordeiro, etc.

Em 13 de maio de 2021 por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a redução do capital social no termo do artigo 173 da Lei 6.404/76, mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, mediante o cancelamento de 200.000 ações ordinárias, pelo valor nominal de um real cada no valor de R\$200 proporcionais às respectivas participações que cada acionista detém na Companhia, montante integralmente pago até 31 de dezembro de 2021.

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Base para constituição de reserva legal, Constituição de reserva legal (5%), Base para constituição de dividendo mínimos obrigatórios, etc.

de 2022 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 2º trimestre de 2022, no montante de R\$752. Em 06 de dezembro de 2022 foi deliberado em AGE distribuição de dividendos intermediários da Companhia referente ao 2º trimestre de 2022, no montante de R\$525.

8. Resultado por ação - O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Lucro atribuível aos acionistas, Número de ações ordinárias, Lucro por ação (em reais - R\$).

9. Receita operacional líquida - Representada substancialmente pela receita de locações de espaços temporários. A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida segue abaixo:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Receita bruta locação, Tributos incidentes sobre locação e descontos, Receita líquida.

10. Custo operacional
Custos com ocupação
Custo com pessoal
Custos com depreciação e amortização
Custos Gerais
IPTU

11. Despesas Gerais e Administrativas
Serviços terceirizados
Propaganda e marketing
Materiais de Manutenção
Serviços de informática e telecomunicações
Emolumentos e publicações
Outras despesas

12. Imposto de renda e contribuição social - Impostos correntes: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia está inserida no regime tributário do lucro presumido, conforme segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include 1. Receitas operacionais, 2. Receitas financeiras, 3. Adicional de imposto de renda e contribuição social (1 + 2 + 3), etc.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

13. Instrumentos financeiros - i) Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguinte classificação:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4), etc.

ii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não possuía saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas.

Table with columns: Instrumentos Ativo financeiro em 2022, Instrumentos Ativo financeiro em 2021. Rows include Aplicação em, Taxa CDI, etc.

c) Risco de crédito: Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia.

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4).

e) Risco operacional: Em virtude das receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de seus empreendimentos, a Companhia monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos.

15. Seguros - A administração contrata anualmente um seguro

vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

14. Gestão de riscos - Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

Ativos financeiros
Aplicações financeiras (nota 3)
Ativos financeiros
A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Ativos financeiros, Ativos financeiros, etc.

patrimonial para suas edificações. A contratação ocorre de forma unificada, considerando todos os edifícios do portfólio da Goodstorage, porém os riscos e coberturas são contratadas individualmente de acordo com a característica de cada imóvel.

16. Contingência - Em 18 de dezembro de 2019 a empresa recebeu um auto de infração da Prefeitura de São Paulo vinculado ao não recolhimento de ISS imposto sobre serviço no valor original total de R\$396, cuja atualização é realizada pelo IPCA + 1% a.a.

Em 11 de fevereiro de 2022 a companhia entrou com uma ação, com o número de 1006955-02.2022.8.26.0053, contra prefeitura do Município de São Paulo, referente aos valores de IPTU de 2022 que foram cobrados erroneamente. Realizamos o depósito de valor de R\$ 160.117,75 durante o período de 2022. O valor da ação está atualizado em R\$ 215.186,62.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda.
Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador CRC-SP 209.240/O

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 01.165.671/0001-75

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)			
Ativo	2022	2021	
Circulante	189.289	117.323	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	71.874	46.432	
Contas a Receber de Clientes	96.744	53.881	
Impostos a Recuperar	7.001	4.931	
Despesas Antecipadas (Nota 5)	11.882	9.866	
Outros Créditos	1.788	2.213	
Não circulante	14.400	7.928	
Impostos Diferidos	1.554	453	
Depósitos Judiciais	63	64	
Imobilizado (Nota 6)	3.234	1.881	
Intangível	1	1	
Direito de Uso	1.677	—	
Investimentos (Nota 7)	7.871	5.529	
Total do Ativo	203.689	125.251	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)			
	Reservas de Lucros		
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva p/ Investimentos
Ventos			
Saldos em 01.01.2022	5.500	1.100	63.019
Lucro Líquido do Exercício	—	—	78.899
Destinação:			
Distribuição de Dividendos	—	—	(24.000)
Juros sobre Capital Próprio	—	—	(3.321)
Constituição de Reservas	—	—	78.899
SALDOS EM 31.12.2022	5.500	1.100	114.597
Saldos em 01.01.2021	5.500	1.100	44.958
Lucro Líquido do Exercício	—	—	32.128
Destinação:			
Distribuição de Dividendos	—	—	(12.000)
Juros sobre Capital Próprio	—	—	(2.067)
Constituição de Reservas	—	—	32.128
SALDOS EM 31.12.2021	5.500	1.100	63.019
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)			
1. Contexto Operacional – As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, importação, exportação, comercialização, suporte, treinamento, publicações e serviços de software e sistemas em geral. Comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados. Licenciamento ou cessão de Direito de uso de Programas de computação. Representação de Qualquer Natureza Inclusiva Comercial. Gestão, administração e gerenciamento. Participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a Sociedade. 2. Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras – A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de administração realizada em 28 de fevereiro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais, se aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 3. Principais Práticas Contábeis – a. Reconhecimento da Receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por meio da medição dos trabalhos executados com base na receita prevista contratualmente. b. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. c. Contas a receber de clientes: São apresentadas de acordo com os valores de realização. A provisão, se aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. d. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição adicionado aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação. A depreciação é calculada pelo método linear. e. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, de 2021) ações ordinárias e ao portador, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. 10. Receita Operacional Líquida			

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



